CNDHC

BOLETIM SEMESTRAL

Janeiro - Junho 2021

CNDHC

COMISSÃO NACIONAL PARA OS DIREITOS HUMANOS E A CIDADANIA

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (CNDHC) apresenta o primeiro número do boletim, que mostra um resumo das atividades realizadas pela instituição nos últimos meses.

Além de encontros com entidades diversas, socialização de estudos, realização de formações e seminários, durante este período foram realizadas outras ações de acordo com as atribuições da instituição.

Todas essas atividades visam a promoção, proteção e reforço do respeito pelos Direitos Humanos e Cidadania em Cabo Verde.

Votos de uma boa leitura.

CNDHC RECOMENDA ALTERAÇÃO DA LICENÇA DE MATERNIDADE E INSTITUIÇÃO DA LICENÇA DE PATERNIDADE EM CABO VERDE

No âmbito das suas atribuições, a Comissão Nacional de Direitos Humanos e a Cidadania, enviou ao Governo uma Recomendação com vista à alteração da licença de maternidade e instituição da licença de paternidade em Cabo Verde.

No documento, propõe-se a alteração do quadro legal existente, alargando a licença de maternidade de dois para quatro meses para que se possa atingir a meta dos seis meses do aleitamento materno exclusivo; e conceder uma licença de paternidade, em vez de falta justificada, de dois dias para quinze dias.

O documento fundamentou-se na legislação nacional, nas orientações internacionais e em várias recomendações que Cabo Verde tem recebido de organismos internacionais de direitos humanos.

No seguimento do envio da recomendação, nos primeiros meses de 2021, a CNDHC realizou algumas ações relacionadas com o tema.

CNDHC REÚNE-SE COM REPRESENTANTE DE GRUPO DE CIDADÃOS QUE FIZERAM PETIÇÃO PÚBLICA SOBRE LICENÇAS DE MATERNIDADE E PATERNIDADE

No dia 23 de fevereiro, a presidente da CNDHC reuniu-se com Vladimir Silves Ferreira, representante de um grupo de cidadãos que em 2016 promoveu uma petição pública defendendo o alargamento da licença de maternidade e a instituição da licença de paternidade no país. O objetivo do encontro foi conhecer o trabalho desenvolvido pelo grupo e explorar as possibilidades de colaboração entre eles e a Comissão para ações conjuntas.

LICENÇAS DE MATERNIDADE E PATERNIDADE: CNDHC REÚNE-SE COM OIT

No dia 24 fevereiro, a CNDHC reuniu-se com representantes da Organização Internacional do Trabalho em Cabo Verde.

No encontro falou-se das Convenções da OIT que fazem alusão a aspectos da licença de maternidade e paternidade, e sobre o panorama existente no país. Explorou-se a possibilidade de colaboração entre as duas entidades para que o país esteja em conformidade com os princípios defendidos a nível internacional.

LICENÇAS DE MATERNIDADE E PATERNIDADE: CNDHC PROMOVE ENCONTRO DE TRABALHO COM PARCEIROS

O encontro, que teve lugar no dia 9 de março, contou com a presença da Embaixada da Espanha, da Organização Internacional do Trabalho e do grupo de cidadãos que fizeram a petição pública.

No encontro, a CNDHC pôde conhecer a experiência de Espanha no processo de instituição da licença de paternidade e discutir possibilidades de realização de ações conjuntas para promover o debate do tema em Cabo Verde. O Conselheiro do Trabalho, Migrações e Segurança Social da Embaixada da Espanha em Dakar fez uma apresentação sobre a história e o panorama jurídico a nível mundial e em Espanha sobre a licença de paternidade. Depois foram debatidos alguns desafios, questões jurídicas e valores a serem considerados no âmbito de uma instituição desta licença no nosso país. Assim, as entidades mostraram-se comprometidas para realizar ações conjuntas.

PATERNIDADE: CNDHC PROMOVE CONVERSA ABERTA SOBRE A INSTITUIÇÃO DA LICENÇA EM CABO VERDE

O Dia do Pai, 19 de março, foi assinalado com a realização de uma conversa aberta sobre a pertinência da instituição de uma licença de paternidade em Cabo Verde.

O evento, que decorreu em formato online, contou com a participação de instituições, organizações internacionais e da sociedade civil que lidam direta ou indiretamente com o tema.

O objetivo foi promover uma reflexão sobre a importância, orientações internacionais e panorama mundial e em Cabo Verde sobre a licença de paternidade. O ato contou com uma conferência sobre “A importância da presença do pai nos primeiros dia de vida da criança”, proferida pela Psicóloga Clínica, Kika Freire, e seguiu com duas comunicações: sobre “A licença de paternidade: princípios e orientações internacionais”, pela especialista da Organização Internacional do Trabalho, Joana Borges; e sobre “O papel da sociedade civil na instituição da licença de paternidade em Cabo Verde”, pelo representante de grupo de cidadãos que promoveram uma petição pública sobre o assunto, Vladmir Silves Ferreira.

A atividade resultou de uma parceria com as instituições com as quais a CNDHC tinha se reunido previamente: a Embaixada de Espanha, a OIT, e o grupo de cidadãos que fizeram a petição pública.

MATERNIDADE: CNDHC PROMOVE CONVERSA ONLINE SOBRE A LICENÇA

A conversa teve lugar no passado 7 de maio, no ámbito do Dia da Mãe, para promover uma reflexão sobre as orientações internacionais, o panorama nacional e a importância e impacto de um aumento da licença de maternidade em Cabo Verde.

O ato de abertura contou com as intervenções da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, do representante do grupo de cidadãos que fizeram a petição pública, Vladimir Silves Ferreira, e da Embaixadora de Espanha em Cabo Verde, Dolores Rios Peset.

Na reunião, foram apresentados os temas: “Os benefícios e desafios da amamentação”, pela enfermeira Denise Cardoso, “Saúde Mental do Puerpério", pela psicóloga clínica Belmira Miranda, e “A licença de maternidade: princípios e orientações internacionais”, pelo especialista da OIT, Fernando de Sousa Júnior.

Mais uma vez, a atividade foi realizada graças a uma parceria com a Embaixada da Espanha, a OIT, e o grupo de cidadãos que fizeram a petição pública.

PROJETO CIDADANIA LGBTI

O Projeto Cidadania LGBTI, implementado pela CNDHC com o financiamento da Embaixada dos Estados Unidos de América em Cabo Verde, tem o objetivo de contribuir para a promoção e garantia dos direitos humanos da comunidade LGBTI e criar as bases para um melhor exercício da cidadania nesse domínio.

O projeto inclui formações, um estudo, um seminário internacional e ações de plaidoyer.

No âmbito do projeto, nos primeiros meses do ano, foram realizadas as seguintes atividades:

LGBTI: CNDHC REÚNE-SE COM INSTITUIÇÕES QUE TRABALHAM COM A COMUNIDADE PARA PREPARAR FORMAÇÃO

A iniciativa decorreu no dia 15 de março, e contou com as participaçoes de Kátia Marques e Janina Ribeiro, representantes do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG), e de Evandro Sá Nogueira, representante da associação Cabo-verdiana para a Proteção da Família (Verdefam). O objetivo do encontro foi solicitar a colaboração dessas entidades para a preparação de uma formação destinada a associações, organizações e ativistas que trabalham na promoção e proteção dos direitos LGBTI. A formação será ministrada nas cidades de Praia e do Mindelo e a parceria consiste na preparação dos conteúdos a serem ministrados, na indicação de potenciais formadores e na seleção dos formandos.

A formação procura reforçar a comunidade LGBTI no que se refere aos conceitos de Cidadania e aos princípios dos Direitos Humanos, para que possam conhecer seus direitos e fazer uso desses princípios e de estratégias adequadas para reivindicarem a igualdade de direitos das comunidades LGBTI em Cabo Verde em todas as dimensões. O projeto inclui formações, um estudo, um seminário internacional e ações de plaidoyer.

CNDHC REÚNE-SE COM ASSOCIAÇÕES LGBTI EM CABO VERDE

No dia 17 de março, a CNDHC reuniu-se com dirigentes das três associações LGBTI existentes em Cabo Verde, com o objetivo de socializar o projeto “Cidadania LGBTI” e de reforçar a cooperação para a execução do mesmo.

Após um breve enquadramento do projeto e das atividades previstas, o encontro centrou-se na preparação da formação destinada a associações, organizações e ativistas que trabalham na promoção e proteção dos direitos LGBTI.

Foi feita uma apresentação da proposta de programa, que foi prontamente aprovada pelas associações. Além disso, também foram abordadas algumas preocupações das associações, nomeadamente: a condição financeira da comunidade, as dificuldades de funcionamento das associações, a necessidade da criminalização da homofobia, o acompanhamento dos serviços de saúde na administração de hormônios, entre outras.

LGBTI: CNDHC SOCIALIZA ESTUDO SOBRE SITUAÇÃO SOCIAL E JURÍDICA DA COMUNIDADE

No dia 23 de março, foi realizado um Atelier de Socialização do "Estudo Diagnóstico sobre a Situação Social e Jurídica das Pessoas LGBTI em Cabo Verde" na cidade da Praia, com a finalidade de apresentar a versão preliminar do estudo, com vista à recolha de subsídios para a sua conclusão.

A abertura do evento foi presidida pelo Ministro da Família e Inclusão Social, Fernando Elísio Freire, e contou com as intervenções da presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e do Embaixador dos Estados Unidos em Cabo Verde, Jeff Daigle.

O estudo foi apresentado pela equipa de consultoras do Centro de Investigação e Formação em Género e Família (CIGEF) da Universidade de Cabo Verde, constituída por Clementina Furtado, Karine Ramos e Eufémia Rocha.

A elaboração do estudo consistiu no levantamento e análise das medidas de política, da legislação nacional e de eventuais lacunas no que se refere à garantia da igualdade de direitos e não discriminação da comunidade LGBTI e na realização de entrevistas com responsáveis de instituições públicas, organizações da sociedade civil e associações de defesa dos direitos LGBTI.

LGBTI: CNDHC PROMOVE FORMAÇÃO PARA ASSOCIAÇÕES, ORGANIZAÇÕES E ATIVISTAS EM MINDELO E NA PRAIA

Nos dias 22 e 23 de abril, a CNDHC realizou uma ação de formação para associações, organizações e ativistas dos direitos LGBTI na cidade do Mindelo, em São Vicente. A mesma formação foi repetida na Cidade da Praia, nos dias 39 e 30 de abril. A preparação das formações contou com a parceria da Verdefam e das Associações LGBTI em Cabo Verde.

Os principais objetivos foram: fortalecer as capacidades dos participantes em matéria de cidadania e direitos humanos, assim como criar as bases para que o ativismo LGBTI seja exercido de forma consciente e suportado em normas de direitos humanos. Direitos Humanos e Pessoas LGBTI, Conceitos LGBTI, Direito à Saúde das Pessoas LGBTI, Violência Baseada no Género, Situação das pessoas LGBTI no mundo e em Cabo Verde, Cidadania LGBTI e Movimentos Associativos foram os temas abordados durante a formação.

A equipa de formadores foi constituída por Arlindo Sanches, Nuno Pinto (videoconferência), Paula Azevedo, Kátia Marques e Clementina Furtado.

Na Cidade do Mindelo, a formação contou com participantes das ilhas de Santo Antão, São Vicente e Sal. Na Cidade da Praia, os participantes eram das ilhas de São Nicolau, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava.

CNDHC PROMOVE SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REFLEXÃO SOBRE OS DIREITOS LGBTI

O dia 28 de junho, Dia Internacional do Orgulho LGBTI, foi assinalado pela CNDHC para realizar, com o apoio da Embaixada dos Estados Unidos da América em Cabo Verde, o "Seminário Internacional Cidadania e Direitos LGBTI".

A iniciativa, que contou com a participação de oradores de diversos países lusófonos e que também teve transmissão online, visou promover uma ampla reflexão sobre a temática contribuindo, deste modo, para a recolha de subsídios para a adoção de políticas públicas neste domínio.

A abertura foi presidida pelo Ministro de Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, Elísio Freire, e contou ainda com as intervenções da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, da Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, Ana Patrícia Graça, e do Embaixador dos Estados Unidos de América, Jeff Daigle.

O evento foi dividido em quatro painéis: Direitos Humanos e Pessoas LGBTI, Os Direitos LGBTI no ordenamento jurídico nacional, Género e Discriminaçao, Saúde das pessoas LGBTI: experiências e desafios, e houve uma mesa redonda sobre Movimentos Associativos e luta pelos direitos LGBTI. Também foi lançado o "Estudo Diagnóstico sobre a Situação Social e Jurídica das Pessoas LGBTI em Cabo Verde".

Formação em Praia

Apresentação do projeto LGBTI

Formação em São Vicente

CIDADANIA E DIREITO À SAÚDE

Em 2020 a CNDHC enviou ao Governo uma recomendação sobre a humanização no atendimento dos serviços hospitalares, com o objetivo de "tomar medidas urgentes e adequadas para melhorar as respostas ao nível de um atendimento humanizado nas assistências hospitalares".

Nesta área, durante o primeiro semestre de 2021, foram realizadas diversas ações de seguimento:

SAÚDE: CNDHC REÚNE-SE COM O DIRETOR NACIONAL DE SAÚDE

No dia 16 de março, a Presidente da CNDHC reuniu-se com o Diretor Nacional de Saúde, Jorge Noel Barreto.

Durante o encontro, foram abordados alguns aspetos gerais relacionados com o direito humano à saúde em Cabo Verde, com enfoque na questão da humanização do parto, para avaliar a possibilidade de implementação de um projeto nessa área, tendo como destinatários os profissionais da saúde e as mulheres grávidas.

O Diretor elencou alguns programas já existentes nessas áreas e manifestou o interesse da entidade que dirige no projeto, "para que o parto seja a melhor experiência possível para as mulheres".

SAÚDE: PRESIDENTE PARTICIPA NA PRIMEIRA REUNIÃO COM A CNEPS DO BIÉNIO 2021-2022

A primeira reunião do Comité Nacional de Ética em Pesquisas para a Saúde (CNEPS) de 2021 decorreu no passado 16 de março, contando com a participação do Diretor Nacional de Saúde.

Refira-se que a CNDHC é membro do CNEPS, pelo que a presidente participa mensalmente nas reuniões da entidade, emitindo pareceres sobre aspectos relacionados com a ética nas pesquisas na área da saúde.

O CNEPS é a entidade nacional que tem como objetivo assegurar a salvaguarda da dignidade, dos direitos, da segurança e do bem-estar de todos os potenciais participantes em pesquisas para a saúde. Além disso, compete-lhe acompanhar o processo de realização da pesquisa, tendo em consideração a legislação em vigor.

SAÚDE: CNDHC REÚNE-SE COM REPRESENTANTES DA OMS

O encontro teve lugar no passado dia 18 de maio, e nele foram abordadas várias potenciais áreas de trabalho conjunto no que se refere ao direito à saúde em Cabo Verde. Além da presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e do representante da Organização Mundial da Saúde, Hernando Agudelo, a reunião contou com a participação da Ponto Focal para a Comunicação da OMS, do Assessor Jurídico da CNDHC, Arlindo Sanches, e da Assessora de Comunicação da CNDHC, Ilda Fortes.

Algumas das questões das que se falaram foram no que se refere à saúde mental à humanização dos cuidados de saúde, ao acesso à saúde das pessoas com deficiência, ao aumento da licença de maternidade e instituição da licença de paternidade em Cabo Verde, entre outra.

CNDHC SOCIALIZA ESTUDO SOBRE EXERCÍCIO DA CIDADANIA EM SAÚDE EM CABO VERDE

No dia 22 de junho foi apresentada a versão preliminar do estudo, que contou com a presença de entidades internacionais e nacionais e associações da sociedade civil e teve como finalidade apresentar os resultados e recomendações, com vista à recolha de subsídios para a sua conclusão.O estudo, cuja elaboração contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem como principais objetivos avaliar o exercício da cidadania em saúde em Cabo Verde, comparando o período pré e o abrangido pela pandemia Covid-19.

Pretendeu-se, desta forma, fazer um diagnóstico da efetivação do direito à saúde em Cabo Verde; avaliar o nível de satisfação dos cidadãos relativamente à qualidade dos serviços de saúde; e apresentar recomendações sobre medidas e políticas públicas a adotar com vista à melhor efetivação do direito à saúde no país.A apresentação dos resultados foi feita pela equipa de consultores do Instituto de Pesquisa e Estudos para o Desenvolvimento da Universidade de Santiago, constituída pelo Doutor Nardi Sousa, pela Mestre Marcília Fernandes e pelos Mestres Anderson Barbosa e Lamine Tavares. A abertura foi presidida pelo Ministro de Saúde, Arlindo Nascimento do Rosário.

PROJETO "DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS"

O Projeto “Direitos Humanos para Crianças” tem como objetivo criar condições materiais para o ensino. É direcionado às crianças do 2º ano do Pré-escolar e do 1º ciclo do Ensino Básico Obrigatório, dos 5 os 10 anos. O projeto conta com o financiamento da PlanBørnefonden, da Dinamarca e pretende contribuir para uma maior cultura de respeito e prática de Direitos Humanos em Cabo Verde, lançando as bases para que as crianças interiorizem esses princípios para que se tornem adultos conscientes e respeitadores dos Direitos Humanos.

CNDHC E ICCA REÚNEM-SE COM PLANBØRNEFONDEN EM FORMATO VIRTUAL

A partir dos dois projetos que a PlanBørnefonden está a financiar em Cabo Verde, no passado 8 de abril a CNDHC acolheu um encontro com o Instituto Cabo- verdiano da Criança e do Adolescente e com a PlanBornefonden, no qual cada uma das entidades fez uma socialização dos projetos relativamente aos objetivos e planos de implementação.

Além disso, a PlanBornefonden aproveitou para chamar a atenção para alguns aspetos a ter em conta no âmbito da implementação dos projetos, nomeadamente no que se refere aos critérios técnicos, à transversalização da abordagem transformativa do género e aos procedimentos em termos de Política da Salvaguarda das Crianças e Jovens.

“DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS”: CNDHC APRESENTA PROJETO

O projeto foi apresentado no dia 16 de junho. Após a abertura com a declamação de um poema por crianças do jardim infantil Minions, intervieram a presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e a Diretora Nacional de Educação, Elionora Sousa. Também foi veiculado um vídeo com as intervenções da Diretora do Programa da PlanBørnefonden, Anne Smith Petersen e da Gestora do Programa, Helene Egebjerg.

Italma Araújo apresentou o projeto

Depois, a Coordenadora do projeto, Italma Araújo, apresentou os objetivos, atividades e resultados esperados do projeto.

O evento contou com a participação de representantes de instituições e organizações não governamentais que trabalham com os direitos humanos.

ATIVIDADES DO MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO DA TORTURA

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇAO DE TORTURA PREPARA ATIVIDADES PARA 2021

Os membros do Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura reuniram-se no passado dia 3 de fevereiro com o objetivo de preparar o plano de atividades para o ano de 2021.

Além disso, foi feita uma avaliação das atividades realizadas em 2020, nomeadamente as visitas aos locais de privação de liberdade, os encontros com as diversas entidades com responsabilidade na matéria e o envio dos Relatório com Recomendações às autoridades competentes.

No encontro estiveram presentes a Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas; os Técnicos da CNDHC, Arlindo Sanches e Zoraida Fortes; o representante da Ordem dos Médicos de Cabo Verde, Daniel Silves Ferreira; e a representante da Ordem dos Advogados de Cabo Verde, Dulce Silva.

Refira-se que, ao longo do ano de 2020, o MNP realizou visitas a vários locais de privação de liberdade, incluindo estabelecimentos prisionais, hospitais psiquiátricos, esquadras policiais e outros. Além disso, a estrutura reuniu-se com diversas entidades com responsabilidades nesses locais e enviou Relatórios com Recomendações.

Neste âmbito, foram enviados Ralatórios com Recomendações à Ministra da Justiça e ao Diretor Geral Serviços Prisionais e de Reinserção Social. no seguimento das visitas à Cadeia Central da Praia, à Cadeia Regional do Sal, à Cadeia Regional do Fogo e à Cadeia Regional de São Vicente.

MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO DA TORTURA ANALISA DENÚNCIAS E PREPARA PLANO DE DESLOCAÇÕES

Membros do Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura reuniram-se no passado dia 28 de abril de 2021 na sede da CNDHC, com a participação de alguns em formato online.

O encontro teve como principal objetivo preparar o plano de deslocações para o ano de 2021, nomeadamente no que se refere às visitas a locais de privação de liberdade. Refira-se que essas visitas têm como finalidade fazer o seguimento das recomendações feitas pelo MNP em visitas anteriores.

Análise de denúncias recebidas de reclusos da Cadeia do Fogo e definição de estratégias para o seguimento das recomendações submetidas pelo MNP às autoridades competentes foram outros pontos abordados.

Além disso, foi abordada a questão da greve de fome realizada por um grupo de reclusos na Cadeia Central de São Vicente. Recorde-se que, a esse propósito, uma equipa do MNP deslocou-se ao estabelecimento no dia 23 de abril para se inteirar da situação, acompanhada por uma Técnica da CNDHC.

O encontro contou com as participações da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas; do Assessor Jurídico, Arlindo Sanches; da Técnica Social, Zoraida Fortes; da Comissária representante da Ordem dos Advogados, Dulce Silva; do Comissário representante Ministério Público, Nilton Moniz; e da Técnica da CNDHC, Marísia Nascimento.

TORTURA: MNP REÚNE-SE COM CHEFE DE ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

No passado dia 24 de maio de 2021, membros do Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura (MNP) reuniram-se com a cúpula das Forças Armadas de Cabo Verde e visitaram o Comando da 3ª Região Militar na Cidade da Praia.

O objetivo foi apresentar algumas preocupações do MNP em relação a denúncias de alegadas situações de violação dos direitos humanos nas estruturas militares, que se podem enquadrar como tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

A comitiva do MNP foi constituída pela Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas; pelo Assessor Jurídico, Arlindo Sanches; pela Comissária representante da Ordem dos Advogados, Dirce Silva; e pelo Comissário representante do Ministério Público, Nilton Moniz. Na chefia das Forças Armadas, a equipa reuniu-se com o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Major-General Anildo Morais; pelo Comandante da Guarda Nacional, Coronel Mário Furtado; pelo Comandante da Terceira Região Militar, Capitão-de-Patrulha Silvino Chantre; Assessor Jurídico do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Capitão Arsénio Andrade; e pelo Diretor de Justiça e Disciplina e Comissário de Direitos Humanos, Primeiro-tenente Silvino Semedo.

Durante o encontro, foram abordados alguns aspetos relacionados com a instrução dos recrutas e com a prevenção de situações que se possam enquadrar como tortura, tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. No Comando da 3ª Região Militar, a equipa foi recebida pelo Comandante da Terceira Região Militar, Capitão-de-Patrulha Silvino Chantre; pela Diretora dos Serviços de Ação Cívica, Capitã Teresa Almeida; e pelo Diretor de Justiça e Disciplina e Comissário de Direitos Humanos, Primeiro-tenente Silvino Semedo.

Após um encontro com os responsáveis, a equipa reuniu-se com alguns soldados, no sentido de recolher informações relacionadas com algumas denúncias recebidas pela CNDHC. No seguimento, será elaborado um relatório com Recomendações, que será encaminhado às autoridades competentes. Refira-se que, no âmbito deste caso, a CNDHC, enquanto MNP, emitiu um comunicado condenando os atos de tratamento cruel, desumano e degradante associados à divulgação de de dois vídeos cujas imagens demonstram situações de crueldade e de atentado à honra e à dignidade praticados por soldados contra outros colegas.

Na altura, a CNDHC encetou imediatamente diligências no sentido de esclarecer e monitorar a situação e manifestou o seu compromisso em monitorar o caso, não só no que se refere à punição disciplinar e criminal dos supostos agressores, mas também no que diz respeito à assistência e acompanhamento psicológico das vítimas.

TORTURA: CNDHC PARTICIPA EM CONFERÊNCIA ONLINE SOBRE MECANISMOS NACIONAIS DE PREVENÇÃO

A Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania, Zaida Morais de Freitas, foi uma das oradoras da conferência online sobre "Práticas, estratégias e desafios de operacionalização do mandado do Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura".

O evento, que decorreu no dia 2 de junho de 2021, foi promovido pela Comissão Nacional dos Direitos Humanos de Moçambique, com o objetivo de promover a partilha de experiências entre alguns países lusófonos sobre o funcionamento e constrangimentos dos Mecanismos Nacionais de Prevenção da Tortura (MNPT).

A iniciativa contou ainda com as intervenções dos MNPT's de Portugal e do Brasil, mas também do Subcomité de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Recorde-se que os Mecanismos Nacionais de Prevenção da Tortura são entidades designadas pelos Estados que tenham ratificado o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

Em Cabo Verde, cuja ratificação do referido Protocolo foi a 1 de Abril de 2016, a CNDHC foi designada como o Mecanismo Nacional de Prevenção através da Resolução nº 98 / 2018 de 24 de Setembro.

A estrutura tem como principais atribuições a realização de visitas regulares, com ou sem aviso prévio e sem restrição, a qualquer local onde se encontrem ou se possam encontrar pessoas privadas de liberdade; a formulação de recomendações às autoridades competentes a fim de melhorar o tratamento e a situação das pessoas privadas de liberdade; a apresentação de propostas e pareceres a respeito de legislação em vigor ou em elaboração; a receção de queixas e comunicações sobre eventuais casos de tortura e outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes e a investigação das mesmas.

OUTRAS ATIVIDADES

CNDHC REÚNE-SE COM MINISTRO DA EDUCAÇÃO

A Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania, Zaida Morais de Freitas, reuniu-se no passado dia 15 de Fevereiro de 2021 com o Ministro da Educação, Amadeu Cruz.

A Educação para os Direitos Humanos em Cabo Verde foi o foco do encontro, sobretudo no que se refere às diretivas constantes do II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania.

Além disso, a CNDHC apresentou o Projeto Direitos Humanos para Crianças, que será dirigido a alunos dos Ensinos Básico e Secundário.

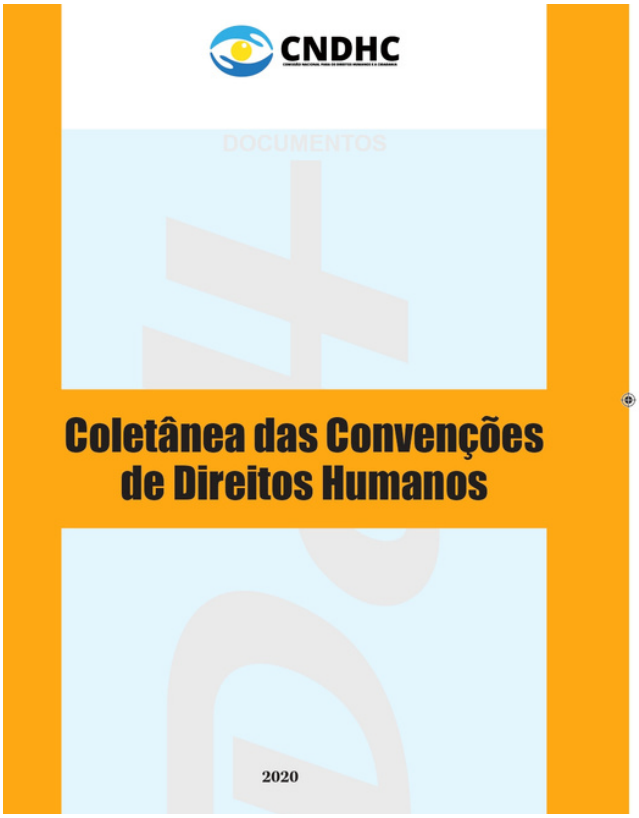
Durante o encontro, foram ainda discutidos alguns aspetos relacionados com o protocolo assinado entre a CNDHC e a Direção Nacional da Educação para que este seja mais abrangente. Participaram também no encontro a Comissária da CNDHC representante do Ministério da Educação, Dircelena Melo; e a Técnica da CNDHC, Marísia Nascimento.

CNDHC PUBLICA COLETÂNEA DE CONVENÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

A CDNHC lançou, em fevereiro, uma Coletânea de Convenções de Direitos Humanos. O documento reúne os textos de todas as Convenções Internacionais e Regionais de Direitos Humanos ratificadas por Cabo Verde, incluindo os Protocolos Facultativos. Magistrados Judiciais, Magistrados do Ministério Público, advogados, parlamentares e outros intervenientes a nível da elaboração e aplicação da legislação são os principais destinatários da publicação.

Pretende-se, desde forma, sensibilizar para o uso das Convenções de Direitos Humanos na fundamentação de sentenças e noutros contextos a nível legal.

A publicação contou com a parceria do Conselho Superior da Magistratura Judicial e o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Pode aceder ao documento através da página web da CNDHC.



Cartaz da coletânea

CASA DO CIDADÃO: CNDHC MINISTRA FORMAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS À ATENDEDORES

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania ministrou no passado dia 21 de abril de 2021 uma formação sobre Direitos Humanos aos Atendedores da Unidade de Gestão da Casa do Cidadão.

A formação, ministrada pela Técnica Zoraida Fortes e pela Jurista Thelma Pereira, teve como objetivo fortalecer os conhecimentos dos atendedores em matéria de Direitos Humanos, mas também sobre as áreas de atuação da CNDHC. Neste sentido, a formação irá facilitar a receção, registo e encaminhamento de denúncias de situações de violações de Direitos Humanos. A iniciativa decorreu em dois turnos, englobando assim todos os Atendedores da Casa do Cidadão.

A ação enquadra-se no protocolo assinado entre as duas instituições, que prevê, entre outros aspetos, que seja possível fazer denúncias de violações de Direitos Humanos através da Linha Grátis da Casa do Cidadão – 8002008.

REUNIÕES PLENÁRIAS

PREPARAÇÃO DA 51ª REUNIÃO PLENÁRIA PELO CONSELHO COORDENADOR

A preparação da 51ª Reunião Plenária da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania foi o mote para a realização da primeira reunião do ano do Conselho Coordenador no passado dia 5 de Fevereiro de 2021. O objetivo era preparar a ordem dia da Plenária, que deverá reunir todos os Comissários da CNDHC ainda durante o mês de Fevereiro.

Além disso, o órgão discutiu alguns aspetos relacionados com a elaboração do Plano de Atividades da CNDHC para o ano de 2021.

A reunião contou com as participações da Presidente da CNDHC, Zaida Morais de Freitas, e da representante das Organizações não Governamentais e membro da Associação Sindical dos Jornalistas de Cabo Verde, Gisela Coelho. Refira-se que, no atual mandato dos Comissários, o Conselho Coordenador integra ainda a Comissária Eurídice Monteiro (representante dos departamentos governamentais). Estiveram também presentes na reunião a Técnica da CNDHC, Marísia Nascimento, e a Secretária, Jani Pina

CNDHC REALIZA 51ª REUNIÃO PLENÁRIA PARA PREPARAR ATIVIDADES PARA 2021

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania realizou no 25 de fevereiro, a 51ª Reunião Plenária, através de videoconferência. A reunião iniciou com a tomada de posse um novo Comissário da Cruz Vermelha de Cabo Verde e a apresentação dos novos Pontos Focais da CNDHC nos concelhos, que também participaram no encontro.

Seguiu-se a apresentação do Grupo de Trabalho "Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência", constituída por Comissários; pela Presidente da Associação Colmeia, Isabel Moniz; pela psicóloga Kika Freire e pela neurologista Antónia Fortes. Neste ponto, foi realizado um intenso debate sobre os desafios para a efetiva inclusão das pessoas com deficiência, sobretudo no que se refere ao acesso à saúde e à educação, e foram discutidas possibilidades de ações a realizar.

Por fim, foi feita a aprovação do Relatório Anual de Atividades da CNDHC de 2020 e do Plano Anual de Atividades da CNDHC para 2021.

CNDHC REALIZA 52ª REUNIÃO PLENÁRIA

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania realizou a 52ª Reunião Plenária dos Comissários no dia de 27 de maio de 2021. Devido às contingências impostas pela Covid 19, a reunião decorreu através de videoconferência.

A reunião iniciou com a aprovação da ata da 51ª Plenária, que decorreu no passado mês de fevereiro. A ordem do dia incluiu ainda a análise e avaliação de alguns aspetos relacionados com o funcionamento da CNDHC, nomeadamente no que se refere ao Conselho Coordenador e aos Grupos de Trabalho. Nesse ponto, foi eleito um novo membro do Conselho Coordenador, que passa agora a ser constituído pela Presidente, Zaida Morais de Freitas; pela Comissária Giela Coelho, em representação das ONg's, e pelo Comissário Silvino Semedo, em representação das entidades governamentais.

No encontro, fez-se ainda a apresentação e aprovação do Regulamento do Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura.

Durante a reunião, foram ainda partilhadas algumas das principais recomendações do "Estudo sobre a Situação Social e Jurídica das Pessoas LGBTI em Cabo Verde" e outras informações.

51ª reunião plenária

DENÚNCIAS: CNDHC JÁ TRATOU 93 CASOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM 2021

De janeiro a agosto de 2021, a CNDHC já tratou 93 casos de alegadas violações dos Direitos Humanos, sendo 72 novos casos e 21 casos referentEs a anos anteriores cujo tratamento se prolongou.

No que se refere à tipologia, as denúncias mais frequentes foram relacionadas com os direitos das crianças (23,61%), direito do recluso e detido (15,28%), direito laboral (12,50%), direito à saúde (8,33%), abuso de autoridade e agressão policial (8,33%), direito do idoso (4,17%), direito à justiça (2,78%), entre outros.

De referir que, no que tange aos direitos da criança/adolescente, dos 17 casos recebidos em 2021, 12 são referentes a agressão sexual; 1 caso de agressão física; 2 casos de pensão alimentícia; 1 caso relativo ao acesso à saúde e 1 caso por especificar.

CNDHC NA IMPRENSA

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania tem sido objeto de cobertura mediática no âmbito dos eventos realizados e de outras ações. Além disso, a Presidente da instituição participou em programas específicos, sobretudo nas estações televisivas.

Destaque-se a participação em grandes reportagens no sobre a reinserção social de ex-reclusos e sobre os Direitos LGBTI no programa Casos de Repórtes da TIVER e no programa Nha Terra Nha Cretcheu da RTP África, abordado os Direitos Humanos em Cabo Verde.

Refira-se ainda a participação em vários programas da TCV, nomeadamente no Sociedade Aberta sobre os Direitos Humanos em tempos de pandemia; no Em Debate abordando o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes; no Show da Manhã sobre o Dia Internacional contra a Tortura; e no Mais Saúde sobre a mutilação genital feminina.

SAIBA MAIS SOBRE A CNDHC

O que é a CNDHC?

A Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania – CNDHC foi criada em 2004 e tem como função a proteção e a promoção dos Direitos Humanos, da Cidadania e do Direito Internacional Humanitário em Cabo Verde.

Qual a sua missão?

- Promoção, proteção e defesa dos Direitos Humanos;
- Densificação da Cidadania;
- Divulgação das normas de proteção dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário;
- Vigilância, alerta precoce e monitoramento de situações que envolvam os Direitos Humanos e o Direito Internacional Humanitário.

Quais as suas atribuições?

- Promover a educação em Direitos Humanos;
- Participar na definição e execução de políticas públicas do Governo;
- Prestar consultoria, formular recomendações e elaborar pareceres respeitantes à legislação nacional e às políticas públicas;
- Elaborar e submeter ao Governo anteprojetos de leis;
- Receber queixas e investigar situações marcadamente atentatórias aos Direitos Humanos;
- Fazer a conexão entre o Direito Internacional e as normas internas de protecção aos Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário.

Como é composta?

A composição da CNDHC e a designação dos seus membros baseia-se no princípio do pluralismo sociológico e institucional. Além do Presidente, a instituição é composta por 30 Comissários, representantes de entidades governamentais e não governamentais de várias áreas. Além disso, conta com Pontos Focais em todos os Municípios do país, que funcionam como intermediários entre a CNDHC e as comunidades.

Como funciona?

A Presidente e os Comissários reúnem-se ordinariamente a cada três meses, mas podem ser realizadas reuniões extraordinárias sempre que necessário. Os Comissários podem ainda constituir-se em Grupos de Trabalho para o tratamento de questões específicas.

Que serviços presta aos Cidadãos?

- Receber, investigar e encaminhar denúncias de situações de violação de Direitos Humanos, fazendo o monitoramento até à resolução. As denúncias podem ser feitas presencialmente, por via telefónica, correio eletrónico ou carta;
- Realizar palestras sobre Direitos Humanos, Cidadania, Direito Internacional Humanitário ou temas relacionados em escolas, comunidades e organizações;
- Ministrar ações de formação nos domínios dos Direitos Humanos, da Cidadania e do Direito Internacional Humanitário.

Contactos
Rua Cidade do Funchal nº 2 – 1º A, Caixa Postal 191
Achada Santo António - Praia – Cabo Verde
2624506 / 9979687 / 5165137
cndhc@cndhc.gov.cv

Para mais informações
www.cndhc.org.cv
Facebook: CNDHCCV
Youtube: CNDHC Cabo Verde

"A Universalidade dos Direitos Humanos faz crescer, em nós, o sentimento de pertença à Família Humana. Uma família que transcende os laços sanguíneos, o nosso bairro, a nossa ilha, o nosso país, o nosso continente. Convida-nos a sair do nosso casulo, a desabrochar para além da nossa individualidade e a ascender a um estado em que a ética passa a ser o nosso horizonte. Um horizonte no qual se constrói e se respeita a dignidade da pessoa humana".

Zaida Morais de Freitas
Presidente da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania